



AVALIAÇÃO, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

AULA 2



Profª Camila Casteliano Pereira dos Santos



CONVERSA INICIAL

Nesta aula, vamos abordar os aspectos referentes à epistemologia da avaliação, apresentando suas concepções, funções e objeto. A aula divide-se em cinco temas, relacionados às reflexões sobre a avaliação nos contextos de inclusão e exclusão, sua relação com os componentes escolares, as diferentes modalidades avaliativas, seus tipos e sua presença nos contextos formais e não formais de educação. Ao fim, trataremos da avaliação nos contextos do conselho de classe como implicação prática dos temas aqui abordados.

Bons estudos!

TEMA 1 – EPISTEMOLOGIA DA AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES, FUNÇÕES E OBJETO

A avaliação é objeto de estudo de pesquisadores da área da educação e também da sociedade. Ela é, segundo Hoffmann (2009), o julgamento de valor sobre os resultados alcançados, e, portanto, visa classificar e ordenar o aproveitamento no decorrer de um processo como o escolar, por exemplo.

Historicamente, a avaliação feita nas escolas tem características coativas e disciplinares que resultam na evasão escolar. Junto a isso, a desigualdade social que oriunda da falta de formação condena as classes menos privilegiadas à informalidade, à periferia dos grandes centros e acontecimentos derivados do poder e da concentração de renda de minorias.

Avaliar um aluno na escola é uma responsabilidade que recai sobre os professores que atrelam à sua prática um ensino escolar voltado para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Dessa forma, é permeável o trabalho docente com práticas pedagógicas vinculadas à prática social e à inserção social, já que a avaliação, ao ser concebida como processo, é uma ferramenta para analisar a própria prática.

A construção do conhecimento que a avaliação permite fazer requer que o professor, ao avaliar, saiba que os processos de aprendizagem dos alunos não são iguais e que cada um tem suas especificidades, ou seja, cada aluno tem um tempo próprio e específico para se apropriar do conhecimento. Se determinados conteúdos não foram assimilados, pela avaliação pode-se desenvolver estratégias para que o aluno alcance as aprendizagens.



As práticas avaliativas na escola, ao mesmo tempo em que possibilitam ao professor repensar e reanalisar sua prática, fazer retomadas de conteúdos e modificar ou reestruturar procedimentos metodológicos, ainda limitam a avaliação em diagnosticar um período em que foi tratado um conhecimento e desvinculá-lo dos demais conteúdos.

Em uma concepção emancipatória do conhecimento, em que conteúdos estão vinculados aos processos sociais e ao mundo que rodeia o aluno, a escola está a serviço de um ensino voltado para a utilização dos conhecimentos apreendidos na escola em práticas sociais, ou seja, na sistematização dos conceitos em ações que permearão a participação ativa sobre os elementos e fatos do cotidiano, das questões sociais, das situações-problema.

Com a missão de efetivar aprendizagens que tenham significado e que estejam contextualizadas às demandas sociais que perpassam cada sociedade e territórios, a avaliação educativa escolar é oriunda de uma instituição de ensino que está a serviço desse desenvolvimento. Quando a avaliação é feita de forma a incluir, a diagnosticar dificuldades individuais e a perceber o aluno em sua integralidade, ela é efetivamente um canal de percepção da efetividade do trabalho do professor na escola.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção (...). A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível. (Luckesi, 2002, p. 118)

Portanto, a avaliação é um processo que envolve professor e aluno, uma interação na qual o professor acompanha as aprendizagens para analisar e avaliar sua prática por meio de elaboração, formulação e encaminhamentos propícios, para que o aluno supere suas dificuldades de aprendizagens. [...] A avaliação da aprendizagem, mais especificamente, envolve e diz respeito diretamente a dois elementos do processo: educador/avaliador e educando/avaliando (Hoffmann, 2007, p. 13).

A avaliação pode ser um meio para que o aluno perceba sua própria apropriação dos conhecimentos. É o resultado de seu esforço e empenho. Baseado nisso, ele pode analisar suas capacidades, as quais poderão ser utilizadas no desenvolvimento de outros conhecimentos.



As concepções de avaliação presentes nas correntes pedagógicas, sejam elas construtivista, tradicional, tecnicista ou sociointeracionista, podem tender à formação de sujeitos aptos para viver segundo os anseios do modo de produção capitalista, ou seja, a escola está a serviço do Estado e cumpre sua missão segundo um currículo expressamente delineado para cumprir seus anseios ou tender à emancipação dos sujeitos, que é a formação política crítica. “A emancipação humana ocorre com o entendimento, a percepção com a capacidade de analisar os fatos, os acontecimentos e buscar sintetizar a realidade intervindo sobre ela” (Veiga, 2019, p. 124).

Para que essa intervenção na realidade seja possível, a escola em seu processo avaliativo pode encaminhar o aluno a inserir-se socialmente, utilizando seus conhecimentos em prol de uma participação ativa e revolucionária.

1.1 Avaliação como forma de inclusão e exclusão

A avaliação pode ser uma forma de incluir o aluno, atender aos seus anseios e auxiliá-lo na superação de suas dificuldades. Isso se torna possível a partir de práticas pedagógicas que levem em conta as dificuldades do aluno com a retomada dos conteúdos do currículo. Contudo, a avaliação também serve para o professor como diagnóstico de suas intervenções, no sentido de contribuir para que busque novos encaminhamentos e formas de proporcionar aprendizagens para os alunos.

A avaliação também pode ser utilizada na escola como forma de exclusão. Ela ocorre quando o professor avalia para obter números e classificar os alunos, não atendo-se às suas especificidades. Ao avaliar um aluno somente para que preste concursos e testes seletivos, a escola está impregnando um ensino sem fundamentos teóricos-críticos, ou seja, não está formando o aluno para inserir-se socialmente, mas para competir no mercado de trabalho. É uma visão de ensino centrada na sociedade material, de consumo, e não na formação humana. As condições impostas pelo sistema da classificação e da aprovação excluem os sujeitos, a saber:

Pais, sistema de ensino, profissionais da educação, professores e alunos, todos têm suas atenções centradas na promoção, ou não, do estudante de uma série de escolaridade para a outra. O sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nas séries de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos



motivadores dos estudantes, por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. (Luckesi, 1997, p. 18)

Atendo-se ao processo, a escola esquece da formação humana, tão necessária para a sociedade. A avaliação excludente deixa à deriva alunos que poderiam se desenvolver em igualdade com os demais se fossem educados de forma diferenciada. Ao participar de uma avaliação, o aluno que apresenta dificuldades e que não conseguiu assimilar alguns conceitos pode ter disponibilizado um tratamento com o qual possa interagir melhor, integrar-se de forma participativa, ter acesso a encaminhamentos desenvolvidos e objetivados para sua inserção e, além disso, participar de avaliações processuais com enaltecimento às suas aquisições e superações. Enfatizar os elementos positivos de um processo de ensino é elevar as capacidades de cada aluno mediante uma pedagogia emancipatória, e não mecanizada.

TEMA 2 – TIPOS DE AVALIAÇÃO

Os tipos de avaliação são classificados de acordo com sua aplicabilidade e intencionalidade. Deriva disso a necessidade em se conhecer as especificidades de cada tipo em suas propriedades de execução, para que escolha ou selecione a que mais se adéqua à realidade na qual se pretende investigar um processo ou parte dele.

Cada instituição escolar e corpo docente adota um tipo de avaliação específico e de acordo com as necessidades locais. Para exemplificar, pode-se utilizar a avaliação em conjunto com técnicas avaliativas que compõem o processo. Testes orais e escritos, reavaliação de conteúdos, produção de textos, trabalhos individuais ou em grupos, resumos, simulados, pesquisas, correção de exercícios, relatórios, questões objetivas, produção de cartazes, murais, feiras, *banners*, palestras, teatros, músicas, enfim, há uma infinidade de técnicas avaliativas processuais que não se limitam a uma prova, a um teste escrito.

Acumular conteúdos para cobrar em uma prova mensal, por exemplo, não avalia o aluno em sua integralidade. As aptidões individuais do aluno podem ser medidas pela utilização de elementos variados que possibilitem uma avaliação permeada de intencionalidades, partindo-se da premissa de que a ação seja precedida de objetivos que serão tratados à luz das dificuldades apresentadas.



Esses tipos de avaliação apresentam-se como instrumentos para que o professor possa realizar uma docência includente, aproveitando ao máximo o que os alunos trazem de aptidões individuais. No entanto, pode ser que o aluno apresente, entre outros fatores, falta de interesse em realizar alguma atividade, resistência às atividades, dificuldades de atenção e apreensão dos conceitos. Nesses casos, existem variados meios dos quais o professor pode se utilizar para estimular o aluno a apropriar-se do processo escolar.

TEMA 3 – A INTER-RELAÇÃO DA AVALIAÇÃO COM OS COMPONENTES DA ESCOLA

O Projeto Político-Pedagógico escolar é um documento norteador que identifica a instituição em suas vertentes pedagógicas, curriculares e filosóficas, denota análises da comunidade escolar e direciona as ações em sala de aula junto aos alunos, inclusive nas avaliações. Juntamente do processo de desenvolvimento, é fundamental para que os objetivos traçados sejam alcançados, sendo a avaliação um importante instrumento nesse sentido, afinal, por ela se pode analisar conteúdos não apropriados e assimilados, permeando um trabalho de retomada com novos procedimentos e visando o pleno aproveitamento e apropriação do aluno pelos conhecimentos.

Os componentes da escola, isto é, funcionários, professores, diretor, coordenação pedagógica (pedagogo e secretário) etc., estão a serviço de uma pedagogia que enalteça as aprendizagens e utilizem-se da avaliação como parte integradora, e não totalizadora, desse processo. Isso quer dizer que ao avaliar é possível desenvolver um trabalho referente aos resultados encontrados. Se o aluno apresentou baixa aprendizagem, quer dizer que é preciso criar condições para que esses conteúdos defasados sejam apropriados. Isso se dá com o envolvimento de todo o corpo escolar.

A função social da avaliação escolar esbarra, muitas vezes, nos processos de exclusões avaliativas na escola. Em vez de incluir e criar condições, por meio de processo avaliativo e diagnóstico, o aluno é esquecido em suas dificuldades, sendo retido em uma etapa escolar, fator esse que não resolverá o problema e ainda poderá gerar sua exclusão escolar e consequentemente social. A atribuição de notas a um aluno como base para sua reprovação é uma ação duvidosa, pois, ao contrário do que se apresenta, não



avalia somente a aprendizagem desse aluno, mas todo o corpo escolar junto aos procedimentos adotados e efetivados para tal resultado.

A avaliação como ato final para aprovar/reprovar é característica marcante na escola conservadora. É o porquê se avalia. Para muitos professores, a prática de avaliação (ou melhor, da verificação) está vinculada à medição da quantidade de conhecimentos adquiridos pelo aluno. Avalia-se para dizer quem passa e quem permanece; para classificar os alunos em bons / ótimos / fracos; para atribuir-lhes nota dez (10), cinco (5,0) ou zero (0); para fazer julgamento final (mensal, bimestral, semestral, anual). A mudança de concepção leva o professor a encarar a avaliação como diagnóstico do desempenho do aluno, acompanhando passo a passo o processo, como indicação do estágio alcançado pelo aluno e da distância em que se encontra em relação ao padrão de referência determinado, não em função do grupo, mas em função do próprio aluno. (Oliveira, 1994, p. 3)

Ainda que a avaliação seja praticada em muitas escolas de forma tradicional, ou seja, classificatória e sem levar em conta o processo em que o aluno participou e aproveitou, a avaliação numa mudança de concepção auxilia o professor a avaliar todo o conjunto escolar do processo de ensino-aprendizagem do aluno. Esse conjunto propicia o desenvolvimento de cidadãos políticos preparados para participar ativamente em seu meio.

TEMA 4 – MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Os métodos e técnicas de avaliação da aprendizagem junto aos critérios utilizados devem ser complexos para atender a uma demanda na qual os sujeitos estão em constante estado de mudança, tanto de comportamento quanto de ressignificação da prática social. Isso quer dizer que, com o avanço das tecnologias e as constantes mudanças das técnicas, os alunos têm acesso a informações que podem ser utilizadas junto aos conhecimentos sistematizados para resultar em sistematizações e contextualizações. A avaliação, nesse processo, serve de base para entender os pontos positivos e as aquisições resultantes de um período de tempo. Dessa forma, a ação de avaliar deriva da necessidade em intervir na realidade do aluno, de forma a instigar sua participação no processo de ensino com seus conhecimentos, a fim de, posteriormente, desenvolver-se plenamente. Para tanto, é preciso compreender a multidimensionalidade da avaliação junto às suas possibilidades de ação.

A ação de avaliar pode culminar no diagnóstico das possibilidades individuais, e não como ferramenta de classificação. Portanto, avaliar não é medir a aprendizagem, não é qualificar o aluno para avançar no grau de estudos,



nos conteúdos e nos conhecimentos, enfim, não é a forma de corrigir o aluno. A avaliação, no entanto, pode ser flexiva, utilizada para medir, mas também como forma de perceber as dificuldades do aluno e fazer novos encaminhamentos e retomadas de conteúdos, a fim de que ele atinja as aprendizagens esperadas para o período em que se encontra.

A avaliação pode ser diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação diagnóstica em uma sociedade globalizada é um importante instrumento de diagnóstico. Ela requer mudanças na prática pedagógica, pois deriva do processo de ensino-aprendizagem a formação de um sujeito crítico, participativo, atuante e autônomo.

A avaliação é um exercício de reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar nos seus atos, de analisá-los, interagir não só com o mundo, mas também com outros seres, e de influenciar na tomada de decisões e transformação da realidade. Desta forma, pode contribuir para o aluno “ter a consciência do inacabado do ser humano, impulsionando os sujeitos à invenção da existência, à criação de um mundo não natural na busca da superação dos desafios postos pela própria existência, levando-os assim à formação contínua da cultura, da história, da sociedade”. (Luckesi, 2007, p. 48)

Portanto, a avaliação diagnóstica é essencialmente parte integral do processo de ensino. Inicia-se com essa avaliação de forma a levantar os conhecimentos dos alunos para analisar os conteúdos a serem enfatizados. No decorrer do processo, essa avaliação pode ser feita conforme as necessidades.

A avaliação formativa é concebida, segundo Kraemer (2006), pelas atividades feitas no cotidiano escolar. Analisando-as, é possível encontrar as dificuldades, cabendo ao professor realizar intervenções que encaminhem o aluno às aprendizagens. A avaliação, nesse processo, faz parte do cotidiano, não sendo utilizada meramente como instrumento de classificação dos estudantes. Gil (2006, p. 247) aponta que:

A avaliação formativa tem a finalidade de proporcionar informações acerca do desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, para que o professor possa ajustá-los às características dos estudantes a que se dirige. Suas funções são as de orientar, apoiar, reforçar e corrigir.

Nesse sentido, a avaliação formativa tem a intencionalidade de definir e redefinir estratégias para o encaminhamento dos alunos às aprendizagens. Já a avaliação somativa é aquela utilizada no final de um período de tempo. Ela serve para classificar os alunos segundo seu grau de conhecimento. Tanto a avaliação somativa quanto a formativa e a classificatória podem ser utilizadas no processo



escolar desde que tenham a intencionalidade de levantar dados para que sejam trabalhados à luz de uma pedagogia voltada à formação humana dos alunos, e não como simples meio de classificação.

TEMA 5 – AVALIAÇÃO EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS E FORMAIS DE EDUCAÇÃO

A educação em contextos não formais ocorre nos mais variados ambientes em que há interação com algum tipo de conhecimento. Constantemente, as informações que nos cercam servem de “bagagem” e vão se acumulando e formando um repertório de conhecimentos empíricos. Nesta base, tudo o que vemos, ouvimos, sentimos e falamos é repertório aprendido. Dessa forma, nas relações com os pares, a vivência cotidiana se apropria do conjunto de conhecimentos constituídos com base em um tempo histórico para as gerações em formação, tanto no âmbito social, como na instituição escolar.

A diferença da educação formal da não formal está em sua intencionalidade. No ambiente não formal, ou seja, na família, na rua, no ônibus, nas rodas de amigos, os objetivos e finalidades são diferentes daqueles delineados na instituição escolar. Nesta, o objetivo é que o aluno se aproprie do conhecimento historicamente constituído para que tenha a capacidade de se inserir no mundo e participar integralmente dos processos de trabalho e na construção de uma sociedade embasada em conhecimentos que visem uma melhor vivência de seus sujeitos. Dessa forma, o conhecimento científico é acessado na educação formal, na escola.

Ao avaliar um aluno, é preciso considerar seus conhecimentos adquiridos no meio informal, e, para avaliar nessa vertente, deve-se levar em conta os valores e situações. Segundo Villas Boas (2008, p. 44):

A avaliação informal é uma modalidade crucial no processo avaliativo porque costuma ocupar mais tempo do trabalho escolar do que a formal (provas, relatórios, exercícios diversos, produções de textos, etc.). Isso é compreensível. Quanto mais tempo o aluno passa na escola em contato com professores e outros educadores mais ele é alvo de observações, comentários, até mesmo por meio de gestos e olhares, que podem ser encorajadores ou desencorajadores. Tudo isso compõe a avaliação informal, que se articula com a formal.

Segundo o autor, independentemente das relações pessoais que o professor pode ter com o aluno, ou seja, empatia ou antipatia, a avaliação deve estar a serviço do desenvolvimento do aluno. Encorajar o aluno é ir além das



relações informais, é utilizar-se de suas vivências e conhecimentos para despertar seus interesses pelos conhecimentos científicos.

Os julgamentos negativos que um professor pode fazer acerca do comportamento, do jeito de ser, de vestir e de expressar-se de um aluno remete a uma avaliação do modo de conceber o processo de ensino avaliativo desse professor.

Conteúdos ensinados efetivamente; conteúdos que o professor não ensinou, mas que deu por suposto ter ensinado; conteúdos “extras” que o professor inclui no momento da elaboração do teste, para torná-lo mais difícil; o humor do professor em relação à turma de alunos que ele tem pela frente; a disciplina ou a indisciplina social desses alunos; uma certa “patologia magisterial permanente”, que define que o professor não pode aprovar todos os alunos, uma vez que não é possível que todos os alunos tenham aprendido suficientemente todos os conteúdos e habilidades propostos. (Luckesi, 2002, p. 67)

A neutralidade que deve existir ao avaliar formalmente relaciona-se diretamente a perceber-se como sujeito que pode incluir e excluir, ser determinante para a permanência ou não do estudante no ambiente formal de ensino. Dessa forma, as atividades diversas propostas no decorrer de um processo avaliativo podem levar em consideração os conhecimentos e experiências adquiridas nos fatos e ações vividas do conhecimento informal, mas de forma a aproveitar, positivamente, esses conhecimentos para melhor avaliar.

NA PRÁTICA

Os aspectos da avaliação impactam diretamente o cotidiano pedagógico, principalmente os conselhos de classe. Neles, podemos perceber como as avaliações formativas e cumulativas se inter-relacionam, compondo, assim, um quadro geral sobre a situação educacional de uma turma.

A depender da forma como se aplica ou se entende as formas avaliativas, pode-se perceber as concepções dos profissionais em relação ao ato de transmissão e mediação de conhecimentos. Se muito arraigados em práticas excludentes e punitivas, pode-se perceber um perfil de profissional que encara mais os defeitos do que as potencialidades de uma turma.

O contrário se verifica quando as avaliações são aplicadas e pensadas com base na relação com a vida dos estudantes e, conseqüentemente, como elas revelam as capacidades e a dimensão de aprendizagem dos conteúdos.



Portanto, a avaliação, para além de fornecer parâmetros e indicadores de qualidade do que foi ensinado e aprendido, é capaz de revelar contextos em que se reconhece qual a decisão de encarar o processo de ensino-aprendizagem: se mais arraigado em práticas historicamente consolidadas ou mais democrático.

FINALIZANDO

Observamos que a avaliação é um processo que envolve professor e aluno, no qual o professor acompanha as aprendizagens para analisar sua prática a partir de elaboração, formulação e encaminhamentos propícios para que o aluno supere suas dificuldades de aprendizagens, visando modalidades avaliativas que superem os contextos históricos de exclusão e sejam valorizadas as potencialidades de cada contexto escolar, sendo ele formal ou não.

REFERÊNCIAS

- GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.
- HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 189 p.
- _____. **Avaliação: mito e desafio: uma prática em construtivista**. 39. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- KRAEMER, M. E. P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. V Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96974/maria%20elizabeth%20kraemer%20-%20avaliação%20da%20aprendizagem%20como%20con.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso: 16 jul. 2019.
- LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 180 p.
- _____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19. ed. São Paulo: Cortez. 2007.
- OLIVEIRA, M. K. **Aprendizagem e desenvolvimento**. São Paulo: Scipione, 1994.
- VEIGA, A. A. **Prática pedagógica na perspectiva do letramento em escola pública no/do campo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.
- VILLAS BOAS, B. M. de F. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas, SP: Papirus, 2008.